



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639191 - PR (2021/0005513-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : CRISTIANO POTER E OUTROS
ADVOGADOS : CRISTIANO POTER - PR068402
HELENA NICKEL - PR077152
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JONATHAN RAFAEL MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN RAFAEL MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0077418-95.2020.8.16.0000).

O paciente cumpre pena unificada num total de 8 anos e 6 meses, pela prática dos crimes de posse, porte de arma e associação para o tráfico de entorpecentes (fls. 36-41). O pleito para progressão ao regime semiaberto com o uso de tornozeleira eletrônica foi indeferido.

Impetrado prévio *writ* na origem, o relator declarou extinto o feito diante da perda de objeto do *mandamus*.

Os impetrantes sustentam que, diante das circunstâncias pessoais favoráveis, o sentenciado faria jus à harmonização do regime semiaberto com o uso de tornozeleira eletrônica, considerando o cenário da covid-19 e a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja o agente colocado em regime semiaberto com o uso de tornozeleira eletrônica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma

do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente